

**LÍNGUA PORTUGUESA**

Leia o texto para responder às questões de 01 a 10.

**Trabalho escravo ainda faz cerca de 20 mil vítimas no país, diz MPT**

O Brasil ainda tem cerca de 20 mil trabalhadores que atuam em condição análoga à escravidão e os atuais métodos de combate à prática criminosa ainda não são suficientes para zerar a conta. Quem admite a situação é o Ministério Público do Trabalho (MPT) que lançou hoje (27) uma campanha nacional para sensibilizar a sociedade desse problema que persiste mais de um século depois do fim da escravidão no país. A campanha busca atingir empresários, sociedade e trabalhadores por meio de propagandas de TV, rádio e uma cartilha explicativa.

A ideia é mostrar que o trabalho escravo não se configura apenas pela situação em que o trabalhador está preso em alguma propriedade no interior, sem comunicação. “A legislação penal brasileira mudou em 2003 e incluiu condições degradantes de trabalho e jornadas exaustivas como situações de trabalho escravo. O trabalho escravo não é só o que tem cerceio de liberdade, pode ser psicológico, moral”, explica Débora Tito Farias, coordenadora nacional de erradicação do trabalho escravo do MPT.

Essa mudança na percepção está levando os órgãos fiscalizadores a encontrar novas situações de trabalho degradante também no meio urbano, como em confecções e na construção civil. A campanha pretende ajudar a sociedade a identificar e denunciar essas práticas. “A pressão social hoje é um fator muito importante em qualquer tipo de campanha. É importante que a sociedade perceba que a comida, o vestido pode ter um componente de trabalho escravo”, afirma o procurador-geral do Trabalho, Otávio Lopes.

Segundo o procurador, a compra de produtos que respeitem a dignidade humana deve ser vista da mesma forma que já ocorre com produtos orgânicos e com a preservação da natureza. Atualmente, uma lista do Ministério do Trabalho detalha os empregadores que submeteram trabalhadora à condição análoga de escravo. Mais conhecida como lista suja do trabalho, a publicação tem hoje 210 empregadores listados.

Lopes afirma que o principal problema para zerar o trabalho escravo no Brasil é a reincidência, uma vez que muitos trabalhadores resgatados e não qualificados acabam voltando para a situação que tinham antes. “Quando tiramos aquela pessoa da situação de trabalho e não damos uma alternativa de qualificação, não estamos ajudando, estamos enganando.”

De acordo com o MPT, as parcerias para qualificação do trabalhador estão sendo firmadas com administrações estaduais e locais, de acordo com a necessidade econômica de cada região.

<http://www.pbagora.com.br>, 27 de maio de 2011

1. Sobre as informações presentes no texto, julgue as seguintes assertivas.

- I. Dados divulgados pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) confirmam que o número de trabalhadores em regime de escravidão é exatamente 20 mil no Brasil.

- II. A ausência de liberdade e de comunicação são as únicas características de trabalho escravo campestre e urbano previstas nas atuais leis penais brasileiras.
- III. Segundo o procurador-geral do Trabalho, o consumo de produtos de empresas que não zelam pela proteção de direitos dos trabalhadores concorre para o trabalho em condições degradantes.

Está(ão) **CORRETA**(s):

- A. Apenas I.  
B. Apenas III.  
C. Apenas I e II.  
D. Apenas II e III.  
E. I, II e III.

2. Sobre o texto, atente para as afirmações abaixo.

- I. Durante a campanha, a propaganda de TV, de rádio e a cartilha são destinadas respectivamente aos empresários, à sociedade e aos trabalhadores vítimas de jornadas exaustivas de trabalho.
- II. Mudanças de entendimento sobre o trabalho em condição análoga à escravidão, nos últimos anos, contribuíram para a identificação dessa prática no campo e na cidade.
- III. O procurador-geral do Trabalho reconhece que a ausência de políticas de formação para o trabalhador é consequência da reincidência do trabalhador resgatado da condição análoga à escravidão.

Está(ão) **FALSA**(s):

- A. Apenas a afirmação I.  
B. Apenas a afirmação II e III.  
C. As afirmações I e II.  
D. As afirmações I e III.  
E. Todas as afirmações.

3. De acordo com as ideias do texto, analise os itens abaixo:

1. A campanha nacional lançada pelo Ministério Público do Trabalho não só visa promover a educação e a conscientização do empregador, do trabalhador e da sociedade, mas também objetiva a capacitação e ressocialização dos trabalhadores.
2. A pressão da sociedade ainda é um fator determinante para coibir a erradicação do trabalho escravo no Brasil.
3. Nos dias atuais, o Ministério do Trabalho tem um cadastro com aproximadamente 210 empregadores explorando trabalhadores na condição análoga à de escravo.

Está(ão) **VERDADEIRO**(s):

- A. Os itens 1 e 2.  
B. Apenas os itens 1 e 3.  
C. Apenas os itens 2 e 3.  
D. Apenas o item 3.  
E. Apenas o item 1.

4. “Quando tiramos aquela pessoa da situação de trabalho e não damos uma alternativa de qualificação, não estamos ajudando, estamos enganando.”

Sobre o fragmento acima é **CORRETO** afirmar que:

- A. Todas as orações possuem sujeito oculto.
- B. Há uma oração com sujeito indeterminado.
- C. No predicado da segunda oração, há um objeto direto e indireto.
- D. Os sujeitos das orações podem ser considerados compostos, pois são indicados por verbos flexionados na primeira pessoa do plural.
- E. O sujeito da primeira oração “aquela pessoa” é simples.

5. Leia atentamente os seguintes fragmentos do texto:

- I. “A pressão social hoje é um fator muito importante em qualquer tipo de campanha.”
- II. “(...) o principal problema para zerar o trabalho escravo no Brasil é a reincidência, uma vez que muitos trabalhadores resgatados e não qualificados acabam voltando para a situação que tinham antes.”

As palavras grifadas “muito” e “muitos” são classificadas, respectivamente como:

- A. Advérbio de afirmação e advérbio de intensidade.
- B. Pronome substantivo e pronome definido.
- C. Advérbio de intensidade e pronome indefinido.
- D. Pronome adjetivo e advérbio de afirmação.
- E. Advérbio de quantidade e pronome substantivo.

6. A legislação penal brasileira mudou em 2003 e incluiu condições degradantes de trabalho e jornadas exaustivas como situações de trabalho escravo.

Quanto à análise sintática, os termos destacados podem ser classificados, respectivamente como:

- A. Verbo Transitivo, objeto direto e objeto indireto.
- B. Verbo Transitivo, objeto indireto e objeto indireto.
- C. Verbo Intransitivo, objeto direto e objeto indireto.
- D. Verbo Intransitivo, objeto direto e objeto direto.
- E. Verbo Intransitivo, objeto indireto e objeto direto.

7. Segundo o procurador, a compra de produtos que respeitem a dignidade humana deve ser vista da mesma forma que já ocorre com produtos orgânicos e com a preservação da natureza.

Assinale a opção que apresenta a ideia expressa pela conjunção “segundo” no trecho acima.

- A. Intenção.
- B. Finalidade.
- C. Objetividade.
- D. Causa.
- E. Conformidade.

8. “Atualmente, uma lista do Ministério do Trabalho detalha os empregadores que submeteram trabalhadores à condição análoga a de escravo.”

A opção que justifica o uso da vírgula no fragmento acima é:

- A. Introduz a fala do Ministério do Trabalho.
- B. Marca uma pausa para enfatizar o que é enunciado a seguir.
- C. Separa adjunto adverbial que aparece no início de oração.
- D. Usada para separar uma oração intercalada ou interferente.
- E. Introduz um esclarecimento ou uma síntese do que foi dito anteriormente.

9. “A ideia é mostrar que o trabalho escravo não se configura apenas pela situação em que o trabalhador está preso em alguma propriedade no interior, sem comunicação.”

*De acordo com o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinale a opção que justifica a ausência do acento gráfico no vocábulo ideia.*

- A. O ditongo aberto ‘ei’ não é mais acentuado em palavras paroxítonas.
- B. O ditongo aberto ‘ei’ de palavras oxítonas não é mais acentuado.
- C. O tritongo ‘eia’ não é mais acentuado em palavras paroxítonas.
- D. Não se acentua mais ‘e’ nas formas substantivas, quando precedido de ‘i’ ou ‘a’.
- E. Não se acentua mais ‘e’ e ‘i’ tônicos em paroxítonas quando precedidos de ditongo.

10. (...) os atuais métodos de combate à prática criminosa ainda não são suficientes para zerar a conta

Quanto ao uso da crase, assinale a opção **CORRETA**:

- A. Está incorreto porque o termo regido é uma locução conjuntiva.
- B. Está incorreto porque o termo regente é substantivo feminino.
- C. Está incorreto porque nesse caso a crase é facultativa.
- D. Está correto porque o termo regente exige a preposição ‘a’ e o termo regido admite o artigo ‘a’.
- E. Está correto porque o termo regido é uma locução adverbial de modo.

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. De acordo com o Art. 7º da Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, **EXCETO**:

- A. Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
- B. Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

- C. Proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa.
- D. Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- E. Jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.

12. A respeito da liberdade de associação profissional ou sindical, segundo o artigo 8º da Constituição Federal, é **CORRETO** afirmar que:

- A. A lei exigirá autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, permitidas ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- B. Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.
- C. Todos os profissionais serão obrigados a filiar-se ou a manter-se filiados a sindicato.
- D. É facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- E. O aposentado filiado não tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

13. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. (Constituição Federal, Art. 194)

Compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos, **EXCETO**:

- A. Universalidade da cobertura e do atendimento.
- B. Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- C. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- D. Equidade na forma de participação no custeio e diversidade da base de financiamento.
- E. Caráter centralizador da gestão administrativa, restringindo a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, de empresários e de aposentados.

14. Assinale a opção **INCORRETA**, a respeito das competências do sistema único de saúde preconizadas no Artigo 200 da Constituição Federal.

- A. Executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.
- B. Ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde.
- C. Participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.
- D. Fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano.
- E. Abster-se do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos.

15. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. O (Artigo 225 da Constituição Federal)

Para assegurar a efetividade do direito apresentado no trecho acima, são incumbências do poder público, **EXCETO**:

- A. Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.
- B. Preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do país e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.
- C. Dispensar o estudo prévio de impacto ambiental para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente.
- D. Controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.
- E. Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

16. O Artigo 203 da Constituição Federal determina que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.

Assinale a opção que **NÃO** é destacada pelos objetivos da assistência social, conforme a lei.

- A. A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
- B. O amparo às crianças e adolescentes carentes.
- C. A promoção da integração ao mercado de trabalho.
- D. A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.
- E. A garantia de dois salários mínimos de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

17. Assinale a opção que está em desacordo com a garantia para efetivação do dever do Estado com a educação, segundo o Art. 208 da Constituição Federal.

- A. Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
- B. Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.
- C. Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, exclusivamente para os que a ele tiveram acesso na idade própria.
- D. Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador.
- E. Atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

18. Assinale a opção que está em desacordo com o Art. 5º da Constituição Federal, ao determinar a igualdade de todos

perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

- A. É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
- B. É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- C. Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
- D. É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
- E. São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, mas abonado o direito a indenização pelo dano material ou moral.

19. De acordo com o Art. 195 (Da Seguridade Social) da Constituição Federal, assinale a opção **INCORRETA**.

- A. As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.
- B. A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.
- C. A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, poderá contratar com o poder público e dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
- D. A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I.
- E. Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

20. Sobre os planos de previdência social, mediante contribuição, assinale a opção que **NÃO** está em conformidade com o Art. 201 da Constituição Federal.

- A. Qualquer pessoa poderá participar dos benefícios da previdência social, mediante contribuição na forma dos planos previdenciários.
- B. É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.
- C. Todos os salários de contribuição considerados no cálculo de benefício serão corrigidos monetariamente.
- D. Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.
- E. Não é vedado subvenção ou auxílio do poder público às entidades de previdência privada com fins lucrativos.

21. Segundo a Constituição Federal, Art. 206 - o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios, **EXCETO**:

- A. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- B. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.
- C. Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.
- D. Gratuidade do ensino público em estabelecimentos públicos e privados de ensino.
- E. Gestão democrática do ensino público, na forma da lei.

22. Tendo como base o Art. 212 da Constituição Federal, assinale a opção correspondente ao percentual mínimo aplicado da receita dos Municípios, resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

- A. 15%
- B. 18%
- C. 20%
- D. 25%
- E. 28%

23. Julgue as afirmativas abaixo considerando que “a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”. (Constituição Federal, Art. 226)

- I. Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.
- II. Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.
- III. O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

A sequência **CORRETA** é:

- A. F, V, V.
- B. V, F, V.
- C. V, V, F.
- D. F, F, V.
- E. V, V, V.

24. A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência. (Constituição Federal, Art. 227, § 2º)

Tendo como base, o Art. 227, § 3º, o direito à proteção especial abrangerá os seguintes aspectos, **EXCETO**:

- A. Idade máxima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado a carência financeira dos familiares e ou responsáveis do portador de deficiência.
- B. Garantia de direitos previdenciários e trabalhistas.

- C. Garantia de acesso do trabalhador adolescente à escola.
- D. Garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica.
- E. Programas de prevenção e atendimento especializado à criança e ao adolescente dependente de entorpecentes e drogas afins.

25. De acordo com o artigo 227 da Constituição Federal, julgue as afirmativas abaixo:

- I. A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.
- II. A adoção será assistida pelo poder público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros.
- III. Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

A sequência CORRETA é:

- A. V, V, V.
- B. V, F, F.
- C. F, V, F.
- D. F, F, V.
- E. F, V, V.

---

**RASCUNHO**